

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

JOSÉ SAMUEL DA SILVA SANTOS

**Programa Puro Engenho: solução para a comercialização dos derivados
da cana-de-açúcar em Santo Antonio da Patrulha - RS ?**

Santo Antônio da Patrulha

2011

JOSÉ SAMUEL DA SILVA SANTOS

**Programa Puro Engenho: solução para a comercialização dos derivados
da cana-de-açúcar em Santo Antonio da Patrulha – RS ?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Beroldt

Coorientadora: Tutora Daniela Oliveira

Santo Antônio da Patrulha

2011

JOSÉ SAMUEL DA SILVA SANTOS

**Programa Puro Engenho: solução para a comercialização dos derivados
da cana-de-açúcar em Santo Antonio da Patrulha – RS ?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Aprovado em: Santo Antônio da Patrulha, 16 de junho de 2011.

Prof. Dr. Leonardo Beroldt - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Conterato
UFRGS

Me. Monique Medeiros
UFRGS

DEDICATÓRIA

A minha família que me apoiou e compreendeu minha ausência durante o período de elaboração deste trabalho bem como durante os anos de estudo.

Mesmo não estando mais presente, dedico este trabalho a Juliana Souza Schmidt que sempre me apoiou e incentivou nos momentos em que mais precisei.

Soube entender minha ausência e compreendeu minha dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Renato e Laura e minha irmã Renata que me apoiaram e me deram força nesta caminhada.

A todos os colegas de curso, pela parceria, amizade, carinho e incentivo, pois me proporcionaram momentos e experiências inesquecíveis.

Agradeço as tutoras Sonia Dalmar e Terezinha por todo empenho e dedicação que desprenderam para atender as nossas dificuldades.

Agradecimento especial à Coordenadora do Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha Dilce Eclai Gil Vicente que foi uma incentivadora e batalhadora por este curso e o fez tornar realidade.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva pelo auxílio no desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus colegas de trabalho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha que me ajudaram e me deram “cobertura” nas minhas ausências.

E aos agricultores familiares entrevistados, pela atenção e por terem entendido o objetivo do trabalho e por atenderem a minha solicitação de apoio.

RESUMO

A cana-de-açúcar possui enorme relevância na configuração estrutural no município de Santo Antônio da Patrulha, no aspecto histórico e que ainda hoje influencia no “desenho” social, cultural, econômico e ambiental. Fatores históricos causaram rupturas de várias ordens na dinâmica estrutural do município como, por exemplo, a implementação da AGASA (Açúcar Gaúcho S.A.) nos anos de 1960 e também o seu fechamento em 1990. Neste processo novos direcionadores se apresentaram como protagonistas nesta cadeia, sendo as fábricas de rapadura as mais notáveis e que se apoderaram desta cadeia produtiva deixando muitos agricultores à margem do desenvolvimento. Assim, no ano de 2007, é criado o **Programa de Qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho** em Santo Antônio da Patrulha. Este programa foi criado com objetivo de qualificar a produção dos derivados da cana-de-açúcar e também se dispor como uma alternativa de inclusão social dos agricultores familiares. Neste sentido o Programa prevê a certificação deste produto oriundo da agricultura familiar através de um selo de qualidade chamado Puro Engenho. Com este objetivo o programa dispôs de relações institucionais convergentes na busca do êxito deste trabalho. Desta forma o objetivo geral do presente trabalho é de pesquisar qual a relação entre a criação do de qualidade fornecido pelo Programa Puro Engenho, desenvolvido no município de Santo Antonio da Patrulha, o acesso dos agricultores envolvidos neste programa a mercados de comercialização, e à construção de novas alternativas de desenvolvimento. Para alcançar tal objetivo foram realizadas pesquisas com questionário semi estruturado com agricultores integrantes do programa e com representantes de entidades que participam do Comitê Técnico Consultivo do Programa, bem como levantamento bibliográfico de temas inerentes ao trabalho em questão. Desta forma, constatamos que a partir da execução de Programa houve uma melhora significativa do padrão tecnológico empregado nas propriedades, aumento dos preços pagos aos produtores devido a mediação das instituições locais nos processos de negociação. De maneira geral o programa empoderou os agricultores frente ao mercado, no caso, frente às fábricas proporcionando um maior valor agregado a sua produção, sobretudo, aumentando a autoestima dos produtores.

Palavras – chave: Programa Puro Engenho. Relações Institucionais. Cana-de-açúcar. Santo Antônio da Patrulha.

ABSTRACT

Sugar cane had enormous relevance in the structural configuration of Santo Antônio Patrulha in the historical aspect, and it still influences the social, cultural, economic and environmental "design" of the city. Historical factors have caused different sorts of ruptures in the structural dynamics of the city, for example, the foundation of AGASA (Açúcar Gaúcho SA) in 1960, and also its closure in 1990. In this process, new protagonists have taken part in this production chain, the rapadura factories being the most notable of them, the ones which have taken control of the chain, leaving many farmers on the margins of development. Thus, in 2007, the **Programa de Qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho** (Qualification Program for Molasses and Brown Sugar – Pure Mill) was created in Santo Antonio da Patrulha. This program was created in order to qualify the production of sugar cane derivatives, and also to provide an alternative for family farmers to achieve social inclusion. In this sense, the program provides the certification of these family farm products through a quality label called Puro Engenho (Pure Mill). Aiming at this goal, the program makes use of convergent institutional relations in the pursuit of success. Thus, the overall objective of this study is to investigate what is the relationship among the creation of the quality label provided by the Programa Puro Engenho (Pure Mill Program) developed in Santo Antônio da Patrulha, the access to trading markets by the farmers who are involved in the program and the creation of new alternatives for development. To accomplish our goal, the research was conducted via semi-structured questionnaire interviews with the farmers who are members of the program and the representatives of the entities that participate in the Technical Advisory Committee of the Program, as well as via literature review on the topics related to the subject in question. Therefore, we find that, from the implementation of the program, there was a significant improvement of the technological standard employed in the properties, and a rising in the prices paid to the producers due to the mediation of local institutions in the negotiation processes. In a general way, the program enabled the farmers to face the market, or more specifically, to face the factories providing a higher aggregated value to their production, and mainly by increasing the self-esteem of the producers.

Keywords: Programa Puro Engenho (Pure Mill Program). Institutional Relations. Sugar cane. Santo Antônio da Patrulha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Encostas desmatadas pelo cultivo da cana-de-açúcar.....	19
Figura 2 - Reunião de apresentação do Programa Puro Engenho.....	31
Figura 3 -Engenho antes do processo de qualificação das estruturas.....	32
Figura 4 - Assinatura dos contratos entre produtores, fábricas e agente financeiro.....	33
Figura 5- Engenho construído com recurso PRONAF articulado pelo Programa Puro Engenho.....	34
Figura 6 - Flagrante de um engenho integrante do Programa não atendendo as normas.....	38

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01 - A realidade da cadeia produtiva da cana de açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha.....	26
Fluxograma 02 - Dinâmica de funcionamento do Programa Puro Engenho.....	30
Fluxograma 3 – Passos para obtenção Selo de Qualidade.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Estrura Fundiária de Santo Antônio da Patrulha.....	20
Quadro 02 - Evolução populacional nas últimas décadas em Santo Antônio da Patrulha - RS.....	25
Quadro 03 - Variação de Produção e preços da cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha - RS no período de 1991 à 2008.....	28
Quadro 04 - Preços dos derivados da cana-de-açúcar antes e após a criação do Programa Puro Engenho.....	33

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2	METODOLOGIA.....	17
3	DESCRIÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA.....	19
3.1.	Caracterização climática e ambiental.....	19
3.2	Caracterização dos principais solos.....	20
3.3	Caracterização socioeconômico	20
3.4	Estrutura fundiária.....	20
4	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE CANA DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA.....	22
5	AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO PURO ENGENHO.....	26
6	A CRIAÇÃO E FASES DO PURO ENGENHO.....	29
6.1	Fase inicial	29
6.2	Acesso às licenças Ambientais.....	35
6.3	O Alvará Sanitário.....	36
6.4	Acesso ao selo de qualidade.....	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42
	APENDICES.....	44
	ANEXOS.....	46

INTRODUÇÃO

Através do Decreto Lei Municipal nº 423 de 19/07/2007 foi criado o **Programa de Qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho** em Santo Antônio da Patrulha. Este programa tinha como principal objetivo atender os agricultores interessados na qualificação da produção do melado e de açúcar mascavo. Em linhas gerais, o Puro Engenho veio para tentar regular o mercado dos derivados da cana-de-açúcar (melado e açúcar mascavo) e tentar mediar a tensão existente entre produtores e fábricas de rapaduras.

Esta mediação se fez necessária, pois, durante décadas, os produtores haviam sido explorados pelas empresas organizadas (fábricas de rapaduras). Eram estas empresas que estipulavam os preços dos produtos e as quantidades a serem comercializadas sem que os produtores pudessem realizar um planejamento da produção. Através de uma intervenção articulada entre entidades, tanto públicas como representativas dos agricultores, foi possível propiciar uma mediação através de uma série de ações que permitiram algumas mudanças, melhorias e ajustes. Estas ações além de qualificar a produção dos derivados, também buscam a sustentabilidade da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

As fábricas de rapaduras, a partir da instituição do Programa Puro Engenho puderam contar com um produto com padrão de qualidade, fabricados em instalações e com procedimentos adequados. Com as melhorias das instalações foi possível formalizar e legalizar as agroindústrias perante vigilância sanitária e obterem seus respectivos licenciamentos ambientais. Os engenhos¹, a partir da sua adequação a algumas normas estabelecidas pelo Programa, puderam legalizar seus produtos, saindo da informalidade.

Outra ação de intervenção importante foi a mediação nos preços pagos pelos produtos. Através de um Comitê Técnico Consultivo do Programa foi possível negociar junto às fabricas os preços dos produtos. Desta forma, com um preço ajustado pelo Programa e com uma cota mínima mensal de fornecimento, os produtores tiveram condições de realizar um planejamento anual das suas atividades, tamanho de lavouras, investimento na estrutura física e no planejamento

¹ Instalação para beneficiamento da cana de açúcar. Também chamado de agroindústria.

da produção. Desta forma, houve uma regulação na oferta e demanda do produto e uma menor elasticidade no preço do produto.

Dentre as variáveis a serem atingidas por este Programa estava a de qualificação destes produtos (melado e açúcar mascavo). Neste processo, as metas eram a identificação e certificação de qualidade dos produtos. Para tanto, foi criado um selo que permitiria este controle de qualidade e certificação. As fábricas que adquirissem os produtos dos agricultores participantes e inscritos no Programa receberiam um Selo de Qualidade, diferenciando seus produtos dos demais.

Porém, diversos fatores indicam que as ações deste projeto se encontram em dificuldades para que haja a sua consolidação. Neste contexto, cabe-nos apontar como foco de estudo da monografia fatores de tensionamento entre agricultores e fábricas. Neste estudo, investigaremos se há existência de dependência da absorção dos produtos dos agricultores pelas fábricas, apontando ou não para o sucesso do projeto e/ou a consolidação deste selo de qualidade como uma estratégia viável de atingir novos mercados.

Assim, o presente trabalho teve por objetivo pesquisar qual a relação entre a criação do de qualidade fornecido pelo Programa Puro Engenho, desenvolvido no município de Santo Antonio da Patrulha, o acesso dos agricultores envolvidos neste programa a mercados de comercialização, e à construção de novas alternativas de desenvolvimento.. Como objetivos específicos, o trabalho pretende (i) identificar as motivações da criação do Programa e do selo de qualidade Puro Engenho; (ii) investigar a intervenção e a mediação das instituições locais na concessão deste selo às fábricas de rapaduras; (iii) investigar a aceitação e o uso deste selo pelas fábricas de rapaduras;

Este trabalho foi dividido em etapas, sendo, na primeira, abordada a descrição do meio físico e sócio econômico do município de Santo Antônio da Patrulha. Já na segunda etapa, foi contextualizada a história da produção de cana-de-açúcar no município. Na terceira etapa, abordou-se as motivações, a criação e as fases do Programa Puro Engenho.

1- REFERENCIAL TEÓRICO

Muito dos aspectos culturais, funcionais e estruturais tiveram e ainda têm na cana-de-açúcar um dos pilares que constituem a dinâmica, não apenas do município de Santo Antônio da Patrulha como da também da região. Como base histórica, o município de Santo Antônio da Patrulha no ano de 1938 é considerado o principal produtor de cana-de-açúcar do estado com uma produção média de 240 mil toneladas, correspondendo a 46% da produção total do estado do Rio Grande do Sul (BARROSO 2006, p.127).

A instalação da AGASA(Açúcar Gaúcho S.A), no início dos anos sessenta, torna-se um marco na relação dos agricultores e mercado. A relação de mercado foi se modificando, produtores se dedicaram mais ao plantio extensivo da cana para vendê-la *in natura* a AGASA, deixando de processá-la. Nesta condição se deflagra uma produção de monocultivo.

No início dessa década, ainda incentivados por políticas de incentivo a industrialização, começaram a surgir as primeiras indústrias legalizadas para a fabricação de rapaduras no município e região, tornando-se a única forma de escoamento da produção de melado.

Com o fechamento da AGASA, no início da década de noventa, algumas alternativas foram encontradas por alguns agricultores, como o trato de animais de forma confinada tendo a cana-de-açúcar como principal forma de alimentação animal, no entanto, a quantia demandada era muito baixa, não dando conta do escoamento da produção (BADEJO, 2010 p.3). Agravando esta problemática, a legislação tornou inviável a produção artesanal dos derivados da cana por agricultores familiares, fazendo com que empresas privadas dominassem a produção e a comercialização destes produtos.

Isso se dava, pois as fábricas possuíam incentivos do estado, detinham grande capital de investimento e se condicionaram de acordo com a legislação sanitária, sobretudo, tinham condições de produzir em grande escala, assim com maior poder de acessar os mercados.

Desta forma, os agricultores viram-se obrigados a entregar sua produção às fabricas de rapaduras, detentoras de grande capital, regulamentadas com a

legislação sanitária, com logística facilitada para atingir novos mercados em outras regiões.

A partir desta apropriação estabeleceu-se uma relação de exploração por parte das indústrias para com o produtor. Muitos agricultores são expropriados do processo e obrigados a abandonarem suas propriedades, indo para as cidades ou até mesmo tornarem-se mão de obra a um baixo custo para estas mesmas empresas. Aos que resistiram, na grande maioria, possuem estabelecimentos precários, que não condizem com as normas da vigilância sanitária, não tendo acesso aos mercados consumidores (RÉVILLION, 2009, p.5).

É notável que atender a normas e os aspectos acima citados são componentes importantes na busca de novos nichos de mercados, onde a qualidade dos produtos se torna importante. Contudo, além de contar com um aspecto geográfico muito favorável, as fábricas dominam estratégias determinantes para conquistas de novos mercados (RÉVILLION, 2010 p.3).

À partir das problemática a cima descritas surge no ano de 2007 o **Programa de Qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho** em Santo Antônio da Patrulha. Este Programa se configura como uma experiência de desenvolvimento rural que busca a sustentabilidade abordada por MENEGETTI:

A sustentabilidade passa pela construção de um novo paradigma de desenvolvimento agrícola. Este novo paradigma deve ter como base social a agricultura familiar por causa da organização dos sistemas produtivos e a sua lógica econômica que permite uma melhor forma de gestão dos recursos naturais (MENEGETTI, S/D p.19).

O Programa em questão busca, através da intervenção organizada das entidades, organizar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar para além das questões econômicas. Busca enfatizar aspectos ambientais, legais e necessidades de mercados objetivando o desenvolvimento social dos agricultores familiares envolvidos nesta cadeia produtiva.

Segundo (RANGEL, 2004, p.11), o Estado e as instituições têm participação importante nas intervenções. Seu papel é de fundamental importância na configuração social e também dos mercados. (RÉVILLION, 2010, p.11) aborda as questões de mercados como estratégias de diferenciação, de padronização, o uso de novas tecnologias, estabelecimento de marcas próprias, a conquista de nichos de mercado, apresentando-os como fatores determinantes para consolidação das empresas nos mercados.

É notório também que a atuação do Estado contribui significativamente para a consolidação dos agricultores e suas organizações nos mercados, tendo papel fundamental na regulação das cadeias. Segundo (RANGEL, 2004, p.16), as intervenções institucionais, nas medidas e proporções que se dão, intervêm no meio rural, induzindo os agricultores a mudarem suas dinâmicas sociais e econômicas melhorando ou estagnando o desenvolvimento social.

Assim a intervenção das entidades na cadeia produtiva da cana-de-açúcar em Santo Antônio da Patrulha, através do Programa Puro Engenho pode caracteriza-se como uma experiência em desenvolvimento rural, a ser abordada neste trabalho.

2- METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou abordagem qualitativa de natureza básica com o objetivo exploratório.

Os procedimentos usados foram pesquisas documentais com pesquisa de campo.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo junto aos agricultores proprietários de agroindústrias que fazem parte do Programa Puro Engenho. Foram entrevistados 04 proprietários de agroindústrias de um universo de 18 agroindústrias participantes do Programa Puro Engenho, sendo escolhidas de forma aleatória. Foi utilizado um roteiro semi estruturado (Apêndice 01) objetivando extrair informações que possam contribuir na compreensão dos processos de melhorias das agroindústrias e principalmente sobre a compreensão dos agricultores sobre a relevância do selo de qualidade no êxito do projeto e como vetor de abertura de novos mercados.

O instrumento qualitativo da entrevista semi-estruturada foi formulado com o intuito de abranger elementos que se fizeram necessários diante da situação (RICHARDSON, 1999 p.68).

Também foi realizada pesquisa semi estruturada (Apêndice 02) com agentes de entidades locais que tiveram função determinante na execução do Programa Puro Engenho. Nestas entrevistas o objetivo foi compreender o processo de mobilização e de execução do Programa, bem como a influência destas entidades na condução do mesmo.

As entidades pesquisadas foram APRODECANA (Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado do Rio Grande do Sul) EMATER(EMATER – Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural), Sebrae(Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal de Agricultura.

A escolha do entrevistado do poder público foi feita de acordo com o papel desempenhado pelo seu representante na composição do Comitê Técnico Consultivo.

O tipo de observação aqui empregada foi a não participante onde, conforme (RICHARDSON, 1999, p.70), este tipo de metodologia busca registrar o máximo de fatos e ocorrências, os quais não poderiam ser obtidos somente por meio de

questionários e entrevistas aplicados. No geral, tais dados caracterizam-se como elementos não considerados previamente no momento da elaboração dos instrumentos de pesquisa dados, sobretudo, as peculiaridades, bem como aos locais de sua aplicação.

O estudo analítico procurou estabelecer e analisar relações entre as variáveis, uma vez que estes estudos são baseados sobre fatos e têm como ponto de partida as relações, para explicar determinados fenômenos em particular (ALMEIDA, 1989 p.68).

A análise consistiu na tabulação dos dados e informações coletadas, a partir da transcrição das entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo. As diversas definições coincidem em que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1999 p.48).

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 2010.

3- DESCRIÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

3.1. Caracterização climática e ambiental

O município de Santo Antônio da Patrulha está localizado entre a Região Metropolitana e o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, também entre as bacias do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí. Possui temperatura média anual entre 23.8 C e 15.4 C, chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com médias mais altas no mês de setembro, região com pouca incidência de geadas, sendo o vento nordeste predominante. A vegetação típica é de floresta subtropical densa (Escritório Municipal da EMATER).

Por se tratar de uma região onde nas décadas de 1960 e 1970 o cultivo da cana-de-açúcar ter alcançado uma grande quantidade de área, na maioria destinada a AGASA (Indústria de açúcar), hoje sofre com grandes impactos ambientais ocorridos pelo desmatamento (Figura 01). A maioria dos arroios e nascentes não apresenta mata ciliar e a maioria das propriedades não cumprem com a legislação ambiental vigente (BARROSO, 2006 p.626).



Figura 1: Encostas desmatadas pelo cultivo da cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha-RS..

Fonte: Nelda Bülher- 2009.

A região apresenta-se como grande produtora de arroz irrigado que por sua vez consome grande quantidade de água, sendo essas captadas dos Rios dos Sinos e Gravataí, causando conflitos à cerca do uso da água, principalmente em períodos de estiagem.

3.2 Caracterização dos principais solos

Santo Antonio da Patrulha possui uma formação geológica composta em sua maior parte de rochas basálticas, com uma pequena parcela de formação arenítica e zonas de transição. O solo tem predominância argilosa e Ciríaco-Charrua o que propicia uma ótima fertilidade

O relevo tem diferentes formações desde a planície litorânea constituídos por gramíneas, explorado pela criação de gado e produção de arroz irrigado, terreno ondulado até montanhoso, em altitudes que variam entre 200 e 800 metros de altitude (Escritório Municipal da EMATER).

3.3 - Caracterização socioeconômica

A região foi colonizada por descendentes de açorianos e também afrodescendentes, ainda possui fortes traços culturais destas etnias retratadas principalmente na sua culinária e na grande produção de derivados da cana-de-açúcar. A produção é geralmente comercializada para as grandes fábricas de rapadura sendo o melado o produto de maior comercialização. A maior parte das famílias produzem apenas para a subsistência (KURY, 1997, p. 17).

3.4 - Estrutura fundiária

O município de Santo Antonio da Patrulha apresenta 2.786 propriedades próprias (IBGE 2007), na sua maioria propriedades com média entre 02 ha e 20 ha, distribuídos em seis distritos em uma área superficial de 1.049 km².

EXTRATOS DE ÁREAS PRÓPRIAS	Nº DE PROPRIEDADES	%
Até 20ha	2.026	72,72
De 20ha a 500 ha	736	26,41
De 50ha a 1.000 ha	22	0,79%
A cima de 1.000	2	0,08%
Sem declaração		
TOTAL	2.786	100,00

Quadro 01- Estrutura fundiária no município de Santo Antônio da Patrulha no ano de 2007.

Fonte: IBGE SIDRA/2007

Elaborado pelo autor

Analisando o quadro 01 pode-se verificar que apenas dois proprietários, que possuem área superior a 1.000 ha, detêm área equivalente ou superior à posse de

200 proprietários- supõe-se Agricultores familiares – que possuem propriedades com até 20 ha.

De acordo com o quadro 01 e com informações obtidas junto ao Escritório Municipal da Emater, a grande maioria ou senão a totalidade dos produtores de cana-de-açúcar e também todos os produtores participantes do Programa Puro Engenho, objeto deste trabalho, são proprietários de até 20 (vinte) hectares.

4 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

A cultura da cana-de-açúcar é tradicional desde a sua chegada em Santo Antônio da Patrulha, na metade do século XVIII, trazida pelos imigrantes açorianos. Seu cultivo se deu sempre pela agricultura familiar, sendo ela matéria prima para fabricação de açúcar-mascavo, essencial na época para consumo próprio, também utilizada para o trato dos animais.

Com o passar dos anos, o cultivo da cana foi se tornando a principal fonte de renda das famílias dos agricultores. A cana-de-açúcar era beneficiada e transformada em melado, cachaça e rapadura. A produção destes derivados tinha como destino mercados como a fronteira sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Era comum o agricultor ter seu próprio engenho, realizando todo o processo de beneficiamento da cana-de-açúcar em seus derivados. Quem possuía um engenho, geralmente produzia os derivados, apropriando-se de todo o processo: cultivo, beneficiamento e a comercialização. Neste contexto o município de Santo Antônio da Patrulha no ano de 1938 é considerado o principal produtor de cana-de-açúcar do estado com uma produção média de 240 mil toneladas, correspondendo a 46% da produção total do estado do Rio Grande do Sul (BARROSO, 2006 p.127).

Com a instalação da Usina Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) no início dos anos 60, esta relação de comércio foi se modificando, produtores se dedicaram mais ao plantio extensivo da cana para vendê-la *in natura* a AGASA, deixando de processá-la.

A relação entre fornecedores de cana e AGASA foi se desgastando devido ao baixo preço pago aos produtores. Outro fator que agravou a situação da AGASA foi o alto preço dos fretes pagos para o transporte da matéria prima até a usina. Isso se dava pela falta de condições de logística (condições das estradas). Todas as problemáticas já citadas externaram a inadequação estrutural usineira com a produção em minifúndios sendo decretado a falência da AGASA em janeiro de 1990 (BARROSO, 2006 p.597).

Com as problemáticas enfrentadas com a frustração da produção em grande escala, os agricultores desprotegidos, e diante de uma cadeia produtiva desregulada e totalmente desarticulada não vislumbravam muitas alternativas.

Assim, no início da década de 1990, ainda incentivados por políticas de fomento às industrializações, começaram a surgir as primeiras agroindústrias formais que dentro dos padrões industriais legais começaram a investir na agroindustrialização e beneficiamento de produtos oriundos da cana-de-açúcar. Produtos como rapaduras, açúcar mascavo, cachaça, dentre outros, tornaram-se a única forma de escoamento da produção de melado².

A industrialização dos derivados da cana-de-açúcar fez com que o aumento da produtividade gerada pela AGASA, permitisse a produção em larga escala. Neste processo, as agroindústrias coletavam o melado que era processado junto aos agricultores, transformavam em subprodutos e os comercializavam.

Portanto, aqueles produtores que decidiram apostar na agroindustrialização, melhorias e na formalização das suas estruturas, há mais de vinte anos, se constituem atualmente, nas maiores indústrias de rapadura do município, ou melhor, nas maiores produtoras de doces derivados da cana-de-açúcar do estado do Rio Grande do Sul.

Isto se deu, pois, além da aposta na formalização e melhorias das estruturas, a diversificação da produção dos derivados da cana-de-açúcar, foi uma demanda de mercado. Estes aspectos são componentes importantes na busca de novos nichos de mercados, além de um aspecto geográfico muito favorável, aliando-se com o uso de novas estratégias para conquistas de novos mercados (RÉVILLION, 2010 p.3). A diversificação para poder competir em um mercado, que demandava um número maior de produtos e em grandes quantidades, inviabilizava a produção artesanal e tradicional.

Desta forma os agricultores que não investiram na agroindustrialização, adequando suas estruturas, viram-se obrigados a entregar sua produção *in natura* para às fabricas de rapaduras, que estavam regulamentadas com a legislação sanitária e tinham logística facilitada para atingir novos mercados em outras regiões.

A partir desta apropriação estabeleceu-se uma relação de exploração por parte das indústrias para com o produtor. Muitos agricultores foram e continuam sendo expropriados do processo e obrigados a abandonar suas propriedades indo para as cidades ou até mesmo tornarem-se mão de obra barata para estas mesmas empresas. Aos que resistiram, na grande maioria, possuem estabelecimentos

² Estágio de beneficiamento da cana-de-açúcar anterior a cristalização do açúcar. A última fase de alta concentração de sacarose.

precários, que não condizem com as normas da vigilância sanitária, não tendo acesso direto aos mercados consumidores.

Aos agricultores que optaram por outras alternativas, restaram apenas opções sazonais de escoamento da produção.

Uma das formas encontradas foi à alimentação de animais no sistema de confinamento tendo a cana-de-açúcar como o principal ingrediente, no entanto a quantia demandada era muito baixa, não dando conta do escoamento da produção.

Agravando esta problemática, havia também o incentivo aos grandes produtores, legislações que tornavam inviável a produção artesanal dos derivados da cana por agricultores familiares, fazendo com que empresas (fábricas de rapaduras) dominassem a produção e a comercialização destes produtos.

Neste contexto, muitas rupturas ocorreram como a ruptura entre agricultura e alimentação, onde o alimento passou a concepção de produto mercantil: Produzir alimento é igual a produzir dinheiro, deflagrando a monocultura.

Ruptura da ordem demográfica (quadro 02), onde as cidades com seus atrativos, símbolos em modernidade forjada, passa a serem destinos de pessoas (agricultores) que não conseguem acompanhar o modelo produtivo ou que são estigmatizados juntamente com o meio rural de um espaço de atraso.

Também a ruptura entre agricultura e meio ambiente onde as tecnologias empregadas, como químicos e mecânicos, mudaram drasticamente os espaços, com uma agricultura produtivista e exploradora dos recursos naturais. Este modelo trouxe consigo o esgotamento dos solos, o desmatamento, a poluição das águas, enfim, a degradação do meio ambiente, como podemos observar na figura 1 deste trabalho.

Por fim, e não menos importante, a ruptura entre agricultura e território onde a questão terra passou a ser mensurada muito mais pelo seu valor de troca, convertido em capital (dinheiro) do que no seu valor de uso. Com o fator econômico como foco e objetivo principal, identidade do indivíduo passou a não ser dada pela posição na divisão social do trabalho, mas pelos símbolos e signos comuns aos grupos (roupa, comida, linguagens, etc); Desta forma nas últimas décadas, na chamada Revolução Verde, ocorreram grandes transformações não só aos processos produtivos, mas também ocasionou a expulsão de milhares de agricultores do campo, mudando o modo de vida dos que resistiram em continuar no

meio rural e influenciaram também, principalmente na dinâmica agrária (CAMARANO, 1998 p. 7).

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1970	53.626	37.921	15.705
1980	41.363	25.033	16.330
1991	40.607	19.542	21.065
2000	37.035	13.552	23.483

Quadro 02 – Evolução populacional nas últimas décadas em Santo Antônio da Patrulha-RS

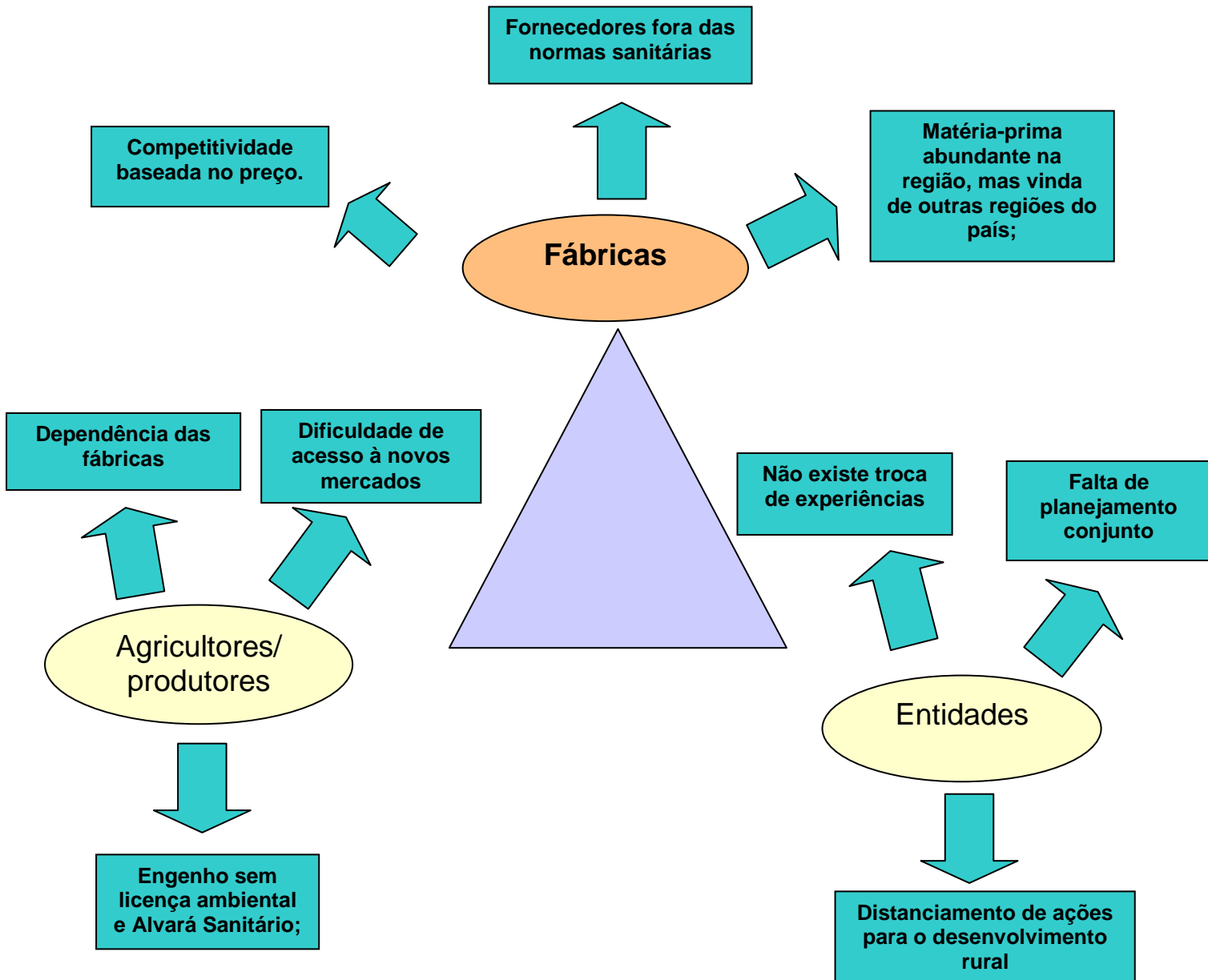
Elaborado pelo autor.

Fonte: CNM,2010 apud IBGE (2000).

Segundo os dados do IBGE (2010) o município de Santo Antônio da Patrulha tem uma população total de 39.670 habitantes sendo que destes 11.574 vivem atualmente na zona rural. Observa-se um processo de diminuição da população rural a partir da década de 1970. Vários fatores são os condicionantes que influenciaram na configuração dos dados citados no quadro 02. Alguns deles serão abordados neste trabalho, como o processo de industrialização no Brasil, tendo como exemplo a constituição da AGASA (Açúcar Gaúcho S.A) e subsequente o seu fechamento.

5 – AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO PURO ENGENHO

A desarticulação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha tornava os agricultores vulneráveis às variações de mercado por vários fatores, como apresentado no fluxograma 01.



Fluxograma 01 - A realidade da cadeia produtiva da cana de açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha RS anterior a criação do Programa Puro Engenho

Fonte: Elaborado pelo autor

Como já afirmado anteriormente a cana-de-açúcar tem sua produção principal nas famílias de agricultores familiares na região de Santo Antônio da Patrulha. A demanda por este produto se dá em maior escala pelas fábricas de rapadura e derivados. A produção destas fábricas é feita em escala industrial demandando grande quantia de produto oriundo da cana-de-açúcar (melado).

No entanto, segundo o Engenheiro Agrônomo e Chefe do Escritório Municipal da Emater - Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santo Antônio da Patrulha, Paulo Rojan, o que regula a demanda da cana-de-açúcar é o preço do açúcar branco, oriundo do sudeste do país. O açúcar branco substitui, quase que na totalidade, o melado na produção de rapaduras, doces e também é ingrediente na produção do próprio açúcar mascavo.

Assim, quando o preço do açúcar branco encontra-se em baixa na região sudeste do país, geralmente pela super oferta no mercado, a demanda pela cana-de-açúcar no município de Santo Antonio da Patrulha é menor.

Sem maior controle de qualidade, as fábricas de rapadura demandam menos melado (produto oriundo da cana-de-açúcar), ocasionando excesso (sobra) de produto no mercado, tornando o preço pouco atrativo aos produtores. Desta forma, causa um desestímulo na produção, onde os agricultores acabam migrando para produção de outros produtos.

Por se tratar de uma planta de cultivo de ciclo longo, acaba gerando um desabastecimento na produção local da cana-de-açúcar.

Desta forma com a baixa produção local e com a alta do açúcar branco em nível nacional ocorre alta nos preços da cana-de-açúcar em nível local, tornando um mercado desregulado e em constante variação.

No quadro 03 podemos ver a elasticidade dos preços da cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha. À medida que a produção é menor, ocorre uma alta dos preços. Quanto menor é a produção maior é a elasticidade dos preços, tendendo a subir a cotação, ou vice-versa (WAQUIL, 2010 p.6).

Ano	Produção média de cana de açúcar (em toneladas)	Preços médios pagos por tonelada (R\$)
1991	13.300	80,00
1995	16.800	70,00
2000	2.000	100,00
2004	14.000	60,00
2007	12.000	70,00
2008	13.000	65,00

Quadro 03 – Variação de Produção e preços da cana-de-açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha- RS no período de 1991 à 2008

Elaborado pelo autor

Fonte: Escritório municipal EMATER Santo Antônio da Patrulha - 2010.

Outro fator importante é a informalidade destes engenhos perante a vigilância sanitária. A precariedade das instalações dos engenhos são fatores que colocam em risco a saúde humana ao consumir os produtos oriundos destes estabelecimentos. Segundo representante da APRODECANA (Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado do Rio Grande do Sul), os principais fatores alegados pelos produtores para esta informalidade são a restritivas exigências sanitárias e as altas cargas tributárias.

Todos estes problemas de formalização, qualificação, questões sanitárias, relações de mercado e trabalho externalizaram na sociedade de Santo Antônio da Patrulha preocupações e necessidade de respostas rápidas. Isso porque o município é conhecido no Estado como a “*terra da cachaça e da rapadura*”, tendo um aspecto social, cultural e econômico muito forte na identificação territorial do município.

As fábricas de rapaduras, segundo relato de representantes do SEBRAE/RS, foram as principais motivadoras para necessidade de busca de alternativas que culminassem numa maior qualidade de produtos ofertadas pelos agricultores.

Desta forma, o poder público local representado pela Prefeitura Municipal cria através do Decreto Lei Municipal nº 423 de 19 de julho de 2007 o **Programa de qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho**.

6 - A CRIAÇÃO E FASES DO PURO ENGENHO

6.1 – Fase inicial

Como relatado anteriormente a criação do Programa de qualificação do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho no município de Santo Antônio da Patrulha traduz a tendência do Estado ao incentivo à formação de agroindústrias familiares, identificados pela elaboração de produtos agroalimentares típicos. Este segmento de mercado notoriamente se configura como promissor, tendo em vista a crescente procura por produtos diferenciados e de qualidade, com características locais/típicas (RÉVILLION, 2010 p.6).

Nota-se nos últimos anos um apoio importante do Estado em fomentar as iniciativas da agricultura familiar, através de políticas públicas, principalmente a cerca das agroindústrias (ABRAMOVAY, 2000, p.16), como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Agroindústria.

A implantação do Puro Engenho contextualiza não somente o aspecto econômico, mas a socialização entre as famílias local produtoras de cana-de-açúcar e seus derivados, visando fortalecer a cadeia produtiva da cana e ao mesmo momento propicia maior socialização das famílias rurais.

Neste sentido, (ABRAMOVAY, 2000, p.11), afirma que a intervenção institucional pode até induzir, mas somente mediante mecanismos cuja repercussão só se manifestará em termos de médio e longo prazo, seja pela via do aprendizado, seja pela via do acúmulo e conversão de recursos mobilizados na direção da mudança. São afirmações que sugerem quão distante estão às instituições para o desenvolvimento rural, assim, da realidade local.

Porém, diversos estudos nos apontam que as iniciativas de agroindústrias familiares encontram dificuldades para que haja a sua consolidação. Cabendo-nos salientar a incompatibilidade da escala de produção das agroindústrias familiares com as inúmeras exigências dos grandes circuitos de mercado, em prol da padronização e regularidade de seu fornecimento (MELLO, 1998 p.24).

Com a criação do decreto municipal que instituía o Programa Puro Engenho iniciou-se um processo de articulação das entidades locais que se relacionassem com a temática. O Decreto lei prevê no artigo terceiro, parágrafo único, a criação de um Comitê Técnico, consultivo. Este Comitê é composto por representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e fomento Econômico, Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Santo Antonio da Patrulha, SEBRAE-RS e EMATER/RS-ASCAR.



Fluxograma 02 - Dinâmica de funcionamento do Programa Puro Engenho
Elaborado pelo autor

O comitê é responsável pela sensibilização, mobilização, articulação dos produtores interessados em integrar o Programa (fluxograma 02), além de prestar assistência técnica nos processos de capacitação e melhorias nos estabelecimentos e também gerenciar a emissão dos selos de qualidade ofertados pelo Programa.

A mobilização inicialmente, segundo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, envolveu cerca de 40 agricultores proprietários dos

engenhos. Na sensibilização, foram feitas visitas aos estabelecimentos e também uma reunião para apresentação do Programa. Após esta fase apenas 18 agricultores firmaram participação.



Figura 2 - Reunião de apresentação do Programa Puro Engenho na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha - RS.

Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2006.

Numa primeira etapa, foram realizados os processos de capacitação e melhorias dos engenhos.

Para participar do Programa, os agricultores passaram por um processo de capacitação em cursos de Boas Práticas de Produção³, uma dos critérios básicos para sua inclusão no programa.

As melhorias nas estruturas físicas foram indispensáveis na continuidade das capacitações e implementações das “boas práticas de produção” visto que a maioria dos engenhos não apresentava a mínima condição de higiene.

³ As Boas Práticas de Fabricação (BPF) abrangem um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos a fim de garantir a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos. A legislação sanitária federal regulamenta essas medidas em caráter geral, aplicável a todo o tipo de indústria de alimentos e específico, voltadas às indústrias que processam determinadas categorias de alimentos. Fonte: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm>



Figura 3 -Engenho antes do processo de qualificação das estruturas no município de Santo Antônio da Patrulha- RS ;

Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2005.

Desta forma, foi elaborado, em conjunto com a 18ª Delegacia de Vigilância Sanitária Estadual uma planta baixa padrão para os engenhos. Uma planta simplificada que, no entanto, atenderia os requisitos impostos pela legislação sanitária.

A maioria dos agricultores não tinha condições de promover as melhorias com investimentos próprios. Desta forma seriam necessários recursos financiados para realização de tais melhorias. A solução encontrada foi o acesso ao Pronaf Agroindústria. No entanto o receio dos agricultores era a garantia de mercado para os seus produtos *pós melhorias*, visto que o capital imobilizado a ser financiado para as melhorias era relativamente alto. E com mercado até então desregulado não haveria garantias de vendas da produção e por conseqüência, a inadimplência junto ao agente financiador.

A solução encontrada pelo Comitê Técnico Consultivo foi mediar junto às fábricas um contrato de compra e venda dos produtores integrantes do Programa. Este contrato firmado entre produtores, fábricas, daria garantia aos agricultores de quantidade a ser comercializada e um preço ajustado e firmado em cartório. Em contrapartida, as fábricas teriam a garantia de aquisição de produtos de qualidade e escala padrão. Este contrato, em média, tinha de dois à três anos de duração e daria total garantia para ambas as partes.

O contrato entre produtores e fábricas serviu também como garantia nos processos de financiamento junto ao agente financeiro.

Além do preço dos produtos ajustado pelo Programa e com uma cota mínima mensal de fornecimento, os produtores tiveram condições de realizar um planejamento anual das suas atividades, tamanho de lavouras, investimento na estrutura de produção. Desta forma, houve uma regulação na oferta e demanda do produto e uma menor elasticidade no preço do produto.



Figura 4 - Assinatura dos contratos entre produtores, fábricas e agente financeiro (Banco do Brasil) no ano de 2007.

Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2007.

As fábricas de rapaduras puderam contar com um produto com padrão de qualidade fabricado em instalações e com procedimentos adequados. Havendo assim a diminuição da utilização do açúcar branco e a glicose de milho, proveniente do estado de São Paulo, pelo melado e açúcar mascavo como matéria-prima. (ENTREVISTA EMATER).

Ano	Melado Kg em R\$	Açúcar mascavo Kg em R\$	Antes/ depois
2005	0,70	1,10	Antes
2006	0,91	1,30	Depois
2008	1,30	1,90	Depois
2010/2011	1,60	2,50	Depois

Quadro 04 - Preços dos derivados da cana-de-açúcar antes e após a criação do Programa Puro Engenho

Elaborado pelo autor.

Fonte: Comitê Técnico do Programa Puro Engenho, 2011.

Como demonstra o quadro 04 os preços foram reajustados gradativamente mediante a mediação do Comitê Técnico Consultivo do Programa. Segundo relato dos integrantes deste comitê, os preços no início dos trabalhos estavam estagnados, pois não havia nenhuma articulação entre fábricas e produtores.

No entanto, o Contrato de Compra e Venda adotado no início do Programa Puro Engenho não foi mais utilizado, pois segundo membros do Comitê Técnico Consultivo após o período inicial, não foram respeitados valores e quantidades de produtos a serem adquiridos pelas empresas. Este não cumprimento do contrato por parte das fábricas, tornou este mecanismo sem utilidade, já que foi consenso entre os produtores não acionar judicialmente as fábricas, pois temia-se retaliações e o boicote ao Programa.

Com os processos de garantias temporariamente solucionados iniciou-se o processo efetivo das melhorias dos engenhos. As estruturas físicas foram tomando forma, juntamente com a implementação de equipamentos que facilitariam e dariam uma melhor condição de produção.



Figura 5- Engenho construído com recurso PRONAF articulado pelo Programa Puro Engenho - 2009. Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha

Fica claro que desde a criação do Programa Puro Engenho houve um ganho econômico com a produção dos derivados da cana-de-açúcar. Isso se deve pela mediação do Comitê Técnico Consultivo na negociação de preços entre produtores e fábricas, aliado as melhorias nas instalações dos engenhos e da qualidade dos produtos ofertados pelos agricultores.

6.2 - Acesso às licenças Ambientais

Passada a fase de capacitações e melhorias, o que tornou os engenhos em espaços adequados para a prática em questão, a busca pela conscientização e pela adequação ambiental foi o próximo propósito perseguido pelo Comitê Técnico do Programa. Com os agricultores passando por diversas fases de capacitação, os integrantes do Comitê imaginavam que teriam uma tarefa mais acessível no que diz respeito à questão ambiental. No entanto, segundo representante da Emater, o que se notava nas propriedades eram as mesmas práticas utilizadas ainda no século passado, como a queima de madeira nativa, o empilhamento dos resíduos da cana-de-açúcar (bagaço⁴). O empilhamento destes resíduos geralmente era feito em locais inadequados, perto de córregos e nascentes de água potável.

Estas problemáticas resultaram em novos planos de ações por parte do Comitê Técnico. Um dos principais problemas encontrado no que se refere aos resíduos (bagaço) era a forma como saía do processo de beneficiamento, dificultando a sua decomposição. Isso se dava, porque os equipamentos utilizados nestes processos estavam na maioria das vezes desregulados ou não apresentavam mais condições de uso.

Assim com a regulação destes equipamentos, em alguns casos até a aquisição de novos equipamentos foi possível, em alguns casos, a utilização dos resíduos como matéria orgânica nas lavouras de cana-de-açúcar, substituindo o uso de adubos químicos.

Em outros casos, alguns agricultores utilizaram o bagaço como fonte de energia realizando sua queima em caldeiras. No entanto esta iniciativa configura-se em um investimento muito alto, onde a maioria dos agricultores ainda não dispõe de segurança de mercado para seus produtos para efetuarem tal investimento.

Para a queima de lenha nativa os agricultores foram orientados a fazerem reservas de espécies exóticas como eucalipto e a acácia. Estas são espécies que plantadas em pequenos espaços não apresentam grandes impactos ambientais.

Com o ajuste destas problemáticas a licença ambiental foi o próximo passo a ser dado. As orientações e as medidas educativas proporcionadas pelo Comitê

⁴ Bagaço é um dos subprodutos da indústria da cana, assim como a sacarose e a palha. É a fibra da cana-de-açúcar em estágio após passar pelo processo de beneficiamento. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Baga%C3%A7o>

Técnico tiveram, em um curto período de tempo, reações positivas facilitando o acesso à licença ambiental.

A municipalização das licenças ambientais também facilitou este acesso, pois o tramite burocrático é bem menor, diminuindo o tempo de espera pela licença. Também, segundo representante da EMATER, responsável pela elaboração do projeto ambiental dos engenhos, o dialogo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente facilitou no processo da elaboração dos projetos, na implantação e no monitoramento. A assessoria desta secretaria facilitou o acesso dos agricultores a suas licenças ambientais. Hoje, quinze dos dezoito integrantes do Programa já estão de posse das suas licenças.

Estes aspectos acima citados vão ao encontro a o pensamento de Santos (1992), que defende que para a promoção do desenvolvimento de uma agricultura sustentável é necessário conscientizar o agricultor sobre a conservação do ambiente, além de a ele oferecer os meios e métodos para alcançar esse desenvolvimento sustentável. A base para um desenvolvimento agrário sustentável estaria, assim, em um tripé que inclui a geração e disseminação de tecnologias apropriadas, a capacitação dos agricultores e de todos os membros da família e a organização desses agricultores, segundo (SANTOS, 1992, p. 12).

6.3 - O Alvará Sanitário

A busca pela sanidade da produção dos derivados da cana-de-açúcar foi um dos principais motivadores da criação do Programa Puro Engenho.

Com a mesma intensidade e necessidade imposta para sua criação, sua sensibilização junto aos agricultores também foi de difícil aceitação. Isto se dá por diversos fatores, como fatores culturais, econômicos e até mesmo a falta de acesso à informação.

Neste contexto os aspectos culturais, as necessidades e as disposições oferecidas pelos agricultores chocaram-se com a legislação sanitária vigente.

No inicio do Programa, como já relatado anteriormente, foi elaborado uma planta baixa⁵ para os engenhos em parceria com 18ª Delegacia de Vigilância Sanitária Estadual. Todos os dezoito participantes do Programa seguiram esta

⁵ Planta Baixa é o nome que se dá ao desenho de uma construção. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Planta_baixa

planta na melhoria dos seus engenhos e na construção de novas agroindústrias. Os equipamentos solicitados, como tanque de decantação⁶, equipamentos de medição de temperatura e grau brix⁷ foram adquiridos pelos produtores.

Embalagens novas foram fornecidas pelas fábricas, substituindo as antigas que eram geralmente embalagens reutilizadas, como por exemplo, embalagens que acondicionavam óleo diesel.

Todas as iniciativas de melhoramento tecnológico e de capacitação dos agricultores não foram suficientes para atender com mais facilidade as exigências da vigilância sanitária.

Isso se deu e se dá, pois o “hábito” dos agricultores vêm sendo reproduzido por vários e vários anos, através de muitas gerações. Estes “hábitos” entram em conflito com o marco legal, onde na maioria das vezes a legislação não condiz com a realidade em discussão, mas que, no entanto, é exercida e feita cumprir por agentes fiscalizadores.

Segundo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antonio da Patrulha esta foi é a etapa mais conflituosa junto aos agricultores. Segundo ele desfazer hábitos e costumes que não condizem com as boas práticas de fabricação são os principais entraves. Ele relata que na maioria dos casos as problemáticas e entraves são de organização funcional do engenho. Em um dos exemplos citados (figura 06) pelo representante do Sindicato *“não resolve ter um prédio todo azulejado se entra-se para trabalhar sem uniforme ou pior, com a roupa suja...ou os recipientes para armazenamento do melado sem as mínimas condições de higiene ou de material inadequado”*.

Desta forma a mediação do Comitê Técnico Consultivo foi e está sendo de total importância, tanto na sensibilização dos agricultores para suas adaptações, quanto para amenizar os impactos junto aos órgãos fiscalizadores.

Mesmo com as dificuldades já relatadas 11 engenhos participantes já se encontram de posse dos seus alvarás sanitários e dois em processo de liberação.

⁶ Tanque de decantação um equipamento utilizado na filtragem de produtos sólidos contidos no caldo da cana-de-açúcar.

⁷ Grau brix é uma escala numérica que mede a quantidade de sólidos solúveis em uma solução de sacarose. A escala Brix é utilizada na indústria de alimentos para medir a quantidade aproximada de açúcares em sucos de fruta, vinhos e na indústria de açúcar. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brix>



Figura 6 - Flagrante de um engenho integrante do Programa não atendendo as normas.
Fonte: Arquivo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2009.

6.4 – Acesso ao selo de qualidade

O selo de qualidade dos produtos derivados da cana-de-açúcar que foi criado pelo Programa era um dos principais elementos para o sucesso do trabalho.

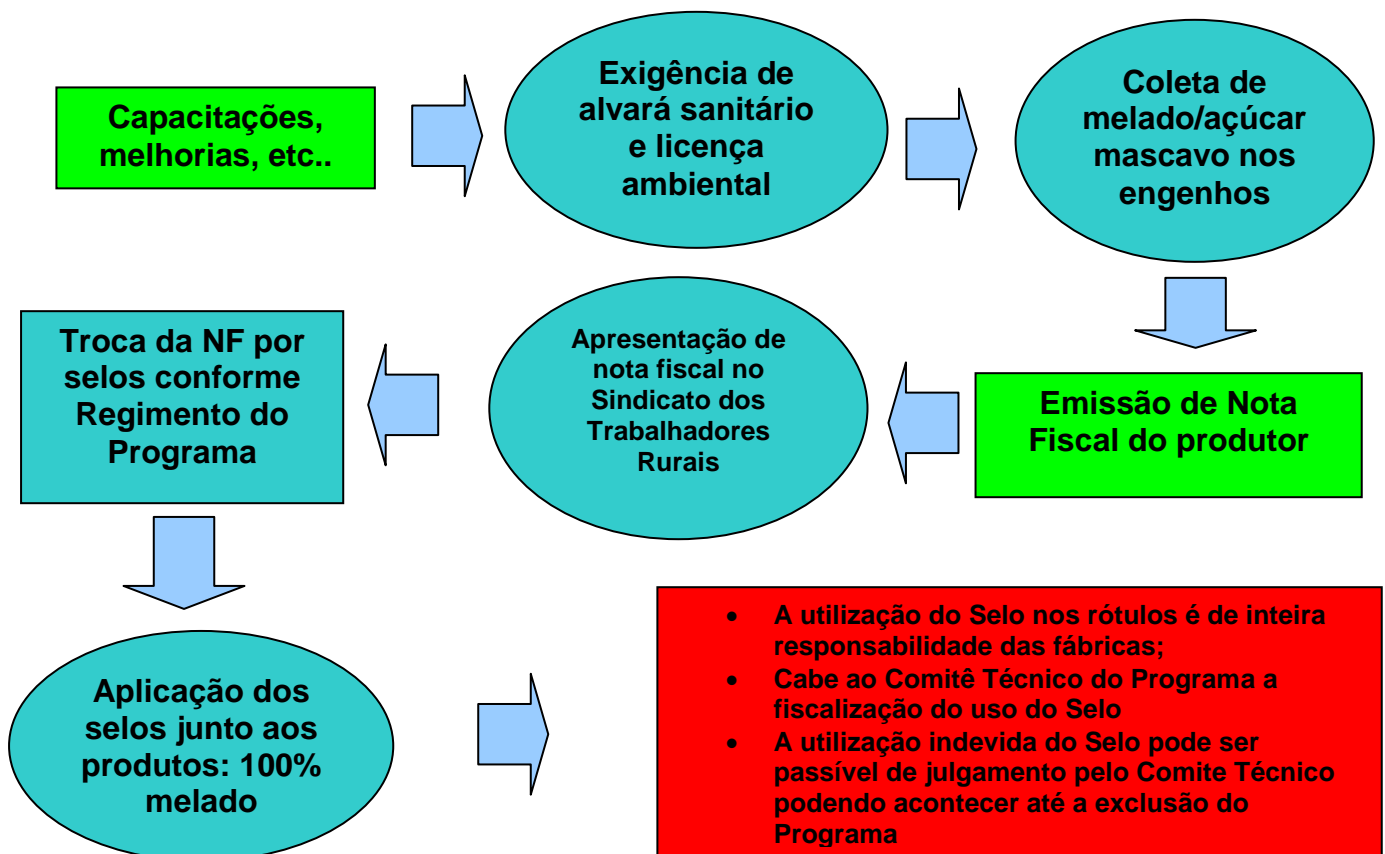
O objetivo do selo era identificar os produtos que contivessem melado e açúcar mascavo produzidos conforme as regras estabelecidas pelo regimento do Programa.

As fábricas respeitariam um fluxo estabelecido pelo Programa (fluxograma 3) para acessarem estes selos, identificando seus produtos. A identificação de origem e de qualidade se daria mediante a apresentação das notas fiscais de compra de produtos dos agricultores participantes do Programa. Caberia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais gerenciar e autorizar a impressão dos selos.

O número de selos a ser adquirido pelas fábricas seria proporcional a cada quilo de produto, sendo para o açúcar mascavo 2:1 (dois {02} selos a cada um {01} quilo) e para o melado 4:1 (quatro {04} selos à cada um {01} quilo). A impressão destes selos seria realizada em gráfica indicada pelo Comitê Técnico, a qual receberia auditoria constante deste comitê.

Um dos principais objetivos deste trabalho era de investigar o uso do selo de qualidade do Programa Puro Engenho. Durante o processo de pesquisa para elaboração deste, chegou-se a conclusão que, desde o início do programa no ano de 2007, até o corrente ano, foram distribuídos 4.365 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco) selos referentes a uma (01) única nota fiscal de 1.091 (um mil e noventa e um) quilos de melado. Estes selos foram adquiridos por uma única fábrica, em uma única compra, de apenas um produtor (Anexo 01).

Questionados, tanto Comitê Técnico Consultivo quanto representantes das fábricas, a justificativa de ambos é de que o selo não ajudou a ampliar o mercado dos produtos finais (rapaduras, doces, etc). Segundo relatos, o processo de divulgação do programa foi muito pequeno se comparado ao marketing já trabalhado pelas fábricas anteriormente em seus produtos, sem a adoção do selo. Desta forma, o selo não se tornou um mecanismo para ampliar e acessar novos mercados. Não houve nenhum reflexo no mercado local relacionado diretamente ao selo oferecido pelo Programa e sim pelos fatores como a intervenção institucional na negociação de preços, as melhorias tecnológicas nos engenhos, etc. Estas relações de fatores deram aos agricultores uma maior condição de inserirem seus produtos nos mercados, tanto local como regional.



Fluxograma 3 – Passos para obtenção Selo de Qualidade do Programa Puro Engenho
Elaborado pelo autor

Considerações finais

Durante a realização deste trabalho, foram elencados diversos fatores complexos, que necessitam ainda de um maior aprofundamento específico para que possamos chegar a uma melhor compreensão do processo de estruturação do Programa Puro Engenho. Apontamos, como temáticas importantes em futuros trabalhos acadêmicos, questões relacionadas ao mercado da cana-de-açúcar, questões ambientais e sanitárias, as relações institucionais e fatores como os de sucessão nas propriedades e agroindústrias que compõem este programa.

Os fatores abordados neste trabalho, de forma gradativa, estão dando conta de um processo de desenvolvimento e proporcionando transformações nas agroindústrias (engenhos) participantes do Programa Puro Engenho. Sem dúvida, nos cenários apontados, cabe salientar a importância do resgate da auto-estima dos agricultores em atuarem em sua causa própria, oportunizando, aos mesmos, envolvimento social, os empoderando para promover o desenvolvimento em suas atividades.

Porém ainda nota-se fragilidade no trabalho de formação e articulação coletiva do grupo de produtores. Isso pode ser relacionado aos aspectos culturais e geracionais, trazendo dificuldades no fomento ao trabalho cooperativo. Mas que, no entanto, devem se concentrar forças neste sentido, pois o acesso aos mercados necessita de um maior esforço coletivo, o que resulta numa maior escala de produção e a apropriação da cadeia produtiva, desde a produção da matéria-prima (cana-de-açúcar) até o produto final, chegando aos mercados consumidores.

Além do avanço dos preços, as melhorias nas instalações e o emprego de novas tecnologias, nota-se a importância da assistência técnica se fazer presente nas propriedades. A presença constante dos integrantes do Comitê Técnico, neste Programa, contribuiu a minimizar os desperdícios, planejar a produção e assim consequentemente, maximizar os ganhos econômicos.

Desta forma, faz-se necessário que as tecnologias se articulem com os saberes locais, podendo ajudar na conservação da diversidade biológica e cultural, articulando, propondo estratégias de preservação do conhecimento tradicional. Isso torna clara a importância da assistência técnica na construção de modelos

alternativos de agricultura, indispensáveis para um desenvolvimento rural sustentável.

Com o atual modelo capitalista, o incentivo a modernização é constante, no entanto, nota-se o meio rural com um baixo padrão tecnológico à apropriação de tecnologias pelos agricultores. A apropriação destas tecnologias resulta em aumento na auto-estima dos agricultores, num melhor aproveitamento da força de trabalho, nos ganhos em produtividade e também contribui para que o trabalho agricultura não seja tão penoso.

Mesmo constatando a não utilização do Selo de Qualidade, o Programa Puro Engenho se configura como uma experiência notória em desenvolvimento rural. Nota-se que desde a sua formulação e em sua execução o Programa buscava atender a demanda da sociedade na construção de alternativas que promovessem o desenvolvimento.

Assim as iniciativas que possam desencadear soluções adequadas, colocam a sociedade como instigadoras e articuladoras nos processos de desenvolvimento. Esta articulação pode ser dar de diversas formas, mas que constituam processos de intervenções conjuntas entre Estado, governo, universidades, sociedade civil organizada. Estas articulações e relações devem ter presentes elementos que possam culminar com o desenvolvimento sustentável.

As relações institucionais terão de ser convergentes, respeitando as individualidades e seus fins, pois do contrário, continuaremos a enfrentar os mesmos problemas e a gerar propostas de soluções temporárias que não respondem as necessidades.

Para além de soluções temporárias corre-se o risco de reproduzirmos condicionantes de um modelo de desenvolvimento que não condiz com a realidade e desta forma criando experiências negativas. Assim, criando novos paradigmas, dificultando a reversão deste modelo de desenvolvimento, já constatado, insustentável.

É nosso papel, enquanto futuros profissionais da área de planejamento e gestão rural, considerar os diversos fatores elencados neste trabalho para que tenhamos êxito na vida profissional e no aprendizado pessoal. Desta forma poderemos contribuir na construção de experiências positivas de desenvolvimento rural que venham a dar conta das necessidades demandadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo; VEIGA, José E. *Novas Instituições Para O Desenvolvimento Rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf > Acesso em 23 de novembro de 2010.

ABRAMOWAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada – nº número 2, vol. IV: 379-97, abril/junho 2000.

ALMEIDA, J.A. *Pesquisa em Extensão rural: Um manual de metodologia*. Brasília: Associação brasileira de educação agrícola superior, 1889.

BADEJO, Marcelo Silveira. *Logística Agroindustrial, Estratégias para Vantagem Competitiva*. Texto Didático DERAD 019, PLAGEDER/UFRGS, Porto Alegre 2010.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Moendas Caladas: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)*, V.1, PUCRS – Porto Alegre, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS - CNM. *Dados Gerais Santo Antônio da Patrulha - RS*. Disponível em <http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

Dados Escritório Municipal de Santo Antonio da Patrulha de 1990 a 2011 obtidos na coleta de campo pelos seus técnicos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Agrícola*. <http://www.ibge.gov.br> consultado dia 25/10/08 às 22 horas e 25 minutos.

KURY, Afonso Pena. *Santo Antônio da Patrulha uma visão apressada*. Editora Pallotti, 1987.

MELLO, M. A. *A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas*. 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. *Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*// Ignácio Rangel; prefácio e organização de José Graziano da Silva.- 2.ed.- Poro Alegre: Editora UFRGS, 2004.

RÉVILLION, Jean Philippe. PADULA, Palma Antonio Domingos. BRANDELLI, Adriano. *Estudo das Variáveis Relevantes na Adoção da Tecnologia de Processamento UHT nas Agroindústrias de Laticínios no Estado do Rio Grande do Sul*. Artigo publicado na Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Nov/Dez, v. 323, n. 56, p.3-12, 2001.

RÉVILLION, Jean Philippe. *Estratégias competitivas e de desenvolvimento de produtos lácteos funcionais: estudos de caso em empresas agroindustriais da região Sul do Brasil*. Ciência Rural, Santa Maria, v.39, n.5, p.1547-1551, ago,2009.

RÉVILLION, Jean Philippe. *Estratégias competitivas, cadeia e sistema de valor*. Texto Didático DERAD 019. PLAGEDER/UFRGS, Porto Alegre 2010. Disponível em< <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9152> > consultado em 18 de dezembro de 2010.

RÉVILLION, Jean Philippe.. *Inovação e diferenciação de produtos agroindustriais*. Texto Didático DERAD 019, PLAGEDER/UFRGS, Porto Alegre 2010. Disponível em< <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9152> > consultado em 20 de dezembro de 2010.

RÉVILLION, Jean Philippe.. *Restrições e alternativas para o desenvolvimento da agroindústria familiar no RS*. Texto Didático DERAD 019, PLAGEDER/UFRGS. Porto Alegre 2010. Disponível em< <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9152> > consultado em 11 de novembro de 2010.

RÉVILLION, Jean Philippe.. *Componentes gerais da legislação relativa ao processamento e certificação de produtos de origem animal e vegetal*. Texto Didático DERAD 019, PLAGEDER/UFRGS. Porto Alegre 2010. Disponível em< <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9152> > consultado em 12 de novembro de 2010.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. *1992: a redescoberta da Natureza*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 26 de junho de 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. *Pobreza Rural, Desequilíbrios Regionais e Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Sul*. Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo- RS, v.8, p.117-149, 2000.

WAQUIL, Paulo Dabdab. Texto didático DERAD 016. *Instrumentos de Apoio à comercialização de produtos agrícolas*. Disponível em <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/7893/DERAD016_texto_basico.pdf> Consultado em 28 de junho de 2010.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas aplicado junto aos agricultores participantes do Programa Puro Engenho.

01. Como ficou sabendo da existência do Programa Puro Engenho?
02. Qual a sua motivação para participar do Programa?
03. Qual foi a sua maior resistência em participar do Programa?
04. O que mudou na tua rotina de produção do melado com a implantação do Programa Puro Engenho?
05. O que mudou no planejamento da produção do melado com a implantação do Programa Puro Engenho?
06. Possui alvará sanitário e licença ambiental?
07. Qual a importância dos alvarás sanitários e da licença ambiental na comercialização dos seus produtos?
08. O que mudou no mercado do melado com a Implantação do Programa Puro Engenho?
09. Qual a sua compreensão sobre o Selo de Qualidade do Puro Engenho?
10. Já foram emitidos selos a partir da sua produção?
11. Como você avalia a importância deste selo no Programa Puro Engenho?
12. Quais as suas perspectivas em relação ao selo de qualidade?
13. Como você avalia a participação das entidades na condução do Programa?

APÊNDICE 2 - Questionário aplicado com agentes de entidades locais que tiveram função determinante na execução do Programa Puro Engenho

01. Qual entidade você representa no Comitê Técnico Consultivo?
02. Qual o sua função na entidade?
03. Qual o papel da sua entidade dentro do Programa Puro Engenho
04. Como você avalia a sua atuação e a atuação da entidade na execução do Programa Puro Engenho?
05. Quais os avanços mais importantes notados após a execução do Puro Engenho?
06. Quais as mudanças mais significativas ocorreram nas propriedades após a Implantação do Programa Puro Engenho?
07. Como você avalia influência das entidades na mediação das negociações entre produtores com as fábricas de rapaduras?
08. Quais as maiores dificuldades na relação ente as entidades?
09. Quais as principais dificuldades encontradas junto aos agricultores?
10. Quais as maiores dificuldades encontradas junto às fábricas de rapaduras?


ANEXOS

ANEXO 01- FICHA DE CONTROLE DA EMISSÃO DE SELOS PURO ENGENHO


**FICHA DE CONTROLE DA EMISSÃO
DE SELOS PURO ENGENHO**Nome do Produtor: VALDIR SPITZNAGEL BARBOSAInscrição Estadual: 114/1103548Localidade: EST. RIBEIRÃO DO MEIONº da nota fiscal: 534376Kg de Melado: 1.091

Kg de Açúcar Mascavo: _____

Data: 18/08/09Empresa Compradora: DACOLÔNIAQuantidade de selos fornecidos: 4.364

 EVIO MELLO
Assinatura do Responsável da empresa pela retirada dos selos

S. T. R. de Sto. Antº da Patrulha


João Carlos M. Lopes - Dir. Secretário

Assinatura do representante do STR:

Data 05/11/09